

GUSTAVO JOSÉ VERAS DA SILVA

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) E OS FATORES QUE
LEVAM A EVASÃO ESCOLAR

Monografia apresentada à Universidade Estadual do Piauí, como pré-requisito para a obtenção do título de Graduado em Licenciatura Plena em Pedagogia, sob a orientação do prof^o. Esp. Antonio Marcos Silva Costa.

PARNAÍBA-PI
2009

GUSTAVO JOSÉ VERAS DA SILVA

**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) E OS FATORES QUE
LEVAM A EVASÃO ESCOLAR**

Monografia apresentada à Universidade Estadual do Piauí, como pré-requisito para a obtenção do título de Graduado em Licenciatura Plena em Pedagogia, sob a orientação do prof^o. Esp. Antonio Marcos Silva Costa.

Aprovado em _____/_____/_____.

Banca Examinadora

Prof.^a Orientadora

Universidade Estadual do Piauí

Professor (a)

Universidade Estadual do Piauí

Professor (a)

Universidade Estadual do Piauí

Dedico aos meus avós maternos, Raimundo Carlos (in memoriam); a minha avó, Maria de Lourdes Veras da Silva e à minha companheira Lisandra Silva Veras, pelo seu amor, dedicação e compreensão.

AGRADECIMENTOS

À família, Maria de Lourdes Veras da Silva (avó materna), Noélia Maria Veras (tia) e Rosalina Veras da Silva (mãe).

A pessoa mais amável e carinhosa desse mundo, Lisandra Silva Veras, por estar presente em todos os momentos de minha vida.

Ao Coordenador e Orientador, do curso de Pedagogia, Antonio Marcos Silva Costa, pelo seu empenho em guiar a produção das monografias exigidas pelo referido curso.

Ao Professor, do curso de Pedagogia, Alcione Amorim, pela ajuda imprescindível na conclusão desta monografia.

Aos amigos, José Guido da Silva Júnior, Laércio Amorim Mendes, Luiz Alberto Silva Ferreira e Ewerton Carvalho, que me ajudaram e deram apoio de forma direta e indireta, tanto em minha vida pessoal, como nesta monografia.

Aos companheiros de curso, Alex Saraiva Mendonça, Antonio Alexandre Reis de Carvalho, John de Oliveira Magulas, Francisco Alves de C. Muniz e Edmario Aguiar Santos.

“Descobri que o analfabetismo era uma castração dos homens e das mulheres, uma proibição que a sociedade organizada impunha às classes populares”.

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho consiste em analisar as causas do processo de evasão escolar na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Procurando de forma investigativa revelar como a EJA vem sendo guiada e dirigida pelas instituições que atuam nesta modalidade de ensino, reforçada por uma pesquisa de campo realizada em escolas na rede municipal na cidade de Parnaíba no estado do Piauí. Como também todo o processo histórico do desenvolvimento da alfabetização de adultos no Brasil acompanha a história da educação como um todo e teve início com o trabalho de catequização e ensino das primeiras letras aos índios e colonos, realizado pelos jesuítas, durante o Brasil colônia, passando pelo Império, República, ditadura e chegando aos dias atuais, com enfoque em seus avanços e retrocessos, políticas públicas e legislação, observando especificamente a formação dos educadores de jovens e adultos e o perfil do educando da EJA.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Jovens e Adultos (EJA); formação de professores; evasão escolar.

ABSTRACT

The present work is to analyze the causes of the dropout in the modality of Education Youth and Adults (EJA). Looking for a way to reveal the EJA research has been guided and directed by institutions that operate in this mode of education, enhanced by a field research conducted in schools in the municipal system in the city of Parnaíba in the state of Piauí. But also the whole historical process of developing the literacy of adults in Brazil follows the history of education as a whole and began with the work of teaching and catequização first letters of the Indians and settlers, conducted by the Jesuits during the colonial Brazil, through the empire, republic, dictatorship, and even to today, focusing on their progress and setbacks, public policies and legislation, noting specifically the training of educators and youth and adult learner's profile of EJA

KEYWORDS: Education for Youth and Adults (EJA); school avoidance; training teachers.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
2. CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)	11
2.1. A Metodologia de Paulo Freire	16
3. A FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS	20
4. O PERFIL DO EDUCANDO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)	27
4.1. As Diferentes Raízes Culturais e a Importância da Escola	29
5. A EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)	35
5.1. A questão da evasão escolar na escola municipal Professora Albertina Furtado Castelo Branco – CAIC, e na Unidade Escolar Polivalente Lima Rebelo, nas turmas de 3º e 4º ciclo	40
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	49

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APÊNDICES

1 - INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como enfoque principal a Educação de Jovens e Adultos - EJA, ou seja, o conjunto de processos de aprendizagens e permanência, formais ou não formais, graças aos quais as pessoas, cujo entorno social as considera adultas, desenvolvem suas capacidades, enriquecem seus conhecimentos, melhorando e motivando suas competências técnicas, profissionais ou as reorientam a fim de atender suas próprias necessidades e as da sociedade.

A pesquisa que foi desenvolvida a partir do Projeto onde pretende investigar a evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos no município de Parnaíba.

O interesse do pesquisador pelo tema em questão surgiu a partir do contato com a disciplina História da Educação Brasileira, Bloco II, do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, que ao longo de seus temas abordados tratou dessa temática. No decorrer da pesquisa, pode-se conhecer e analisar os métodos e as práticas educativas dessa modalidade, com o propósito de verificar não só os índices de evasão como também as causas da mesma.

O trabalho teve como objetivo geral verificar as causas da evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos. Como objetivos específicos pretendeu-se analisar as condições sócio-culturais e sua relação com a evasão escolar e ainda investigar as relações das metodologias de ensino empregadas com a evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Levando também em consideração a metodologia desenvolvida por Paulo Freire, a formação dos professores e o perfil do educando na modalidade de jovens e adultos.

A pesquisa sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) contribui de forma sistemática e de grande importância para a sociedade de Parnaíba, na forma de agrupar as diferenças individuais entre as pessoas na qual cresce com a idade e também possui um grande papel de ordem educacional, pois visa reintegrar jovens e adultos que não tiveram oportunidade de concluir seus estudos na idade adequada, possibilitando uma segunda chance para que possam conquistar os seus direitos e deveres como cidadãos e disputar com iguais condições de alunos do ensino médio, vagas nas universidades e no mercado de trabalho. Ou seja, visa desenvolver tanto o lado da educação, quanto o social, pessoal e profissional na vida dos alunos, pois considera, agrupa e compreende todas essas heterogeneidades dessas pessoas, seus interesses, suas identidades, suas preocupações,

necessidades, as suas diferentes raízes culturais, expectativas em relação à escola, suas habilidades, enfim, suas vivências de estilo, tempo, lugar e ritmo de aprendizagem.

Esta monografia está estruturada em quatro capítulos assim distribuídos.

No capítulo I, aborda o contexto histórico de Educação de Jovens e Adultos, retratando de forma direta os principais avanços e retrocessos que marcaram esta modalidade de ensino na história do Brasil. Levando em consideração a nova metodologia de ensino proposta por Paulo freire.

No capítulo II, sobre a proposta de formação dos educadores de pessoas jovens e adultos destaca-se a formação inicial e continuada do professor, como também índices de analfabetismo funcional e absoluto em nosso país.

No capítulo III, analisa o perfil do educando na Educação de Jovens e Adultos (EJA), destacando os preconceitos e as dificuldades sofridas pelos mesmos, mostrando as diferentes raízes culturais e o papel da importância da escola na vida de cada aluno jovem e adulto.

E no capítulo IV, evidencia a questão da evasão escolar na modalidade de ensino de jovens e adultos, suas causas e seu processo histórico delineado em território nacional, especificando a evasão escolar nas instituições escolares municipais, Professora Albertina Furtado Castelo Branco – CAIC e na Unidade Escolar Polivalente Lima Rebelo, nas quais foram feita a pesquisa.

CAPÍTULO I

2. CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

A história da Educação de Jovens e Adultos (EJA) compõe-se de um entremear de situações em processo de evolução, acompanhando de certa forma os momentos históricos sociais, econômicos e políticos do país.

Nos primórdios de nossa nação os colonizadores e os padres Jesuítas surgem como os pioneiros no processo de alfabetização de adultos, com o intuito de se fazer entender pelos nativos e assim também catequizá-los. Aprender a ler e a escrever era obrigação também dos trabalhadores, pois com o conhecimento das letras cumpriam as exigências da corte sem prejuízo de tempo.

O século XVIII surge como um período onde a alfabetização de adultos entra em declínio por ocasião da expulsão dos Jesuítas, vindo a ressurgir somente nos tempos Imperiais.

Após a crise econômica mundial de 1929 e com a revolução de 1930, o desenvolvimento industrial no Brasil contribuiu para a valorização da educação de adultos sobre diferentes aspectos. Nesse ponto de vista havia os que visualizavam na educação de adultos como um meio para o progresso do país, outros viam como um instrumento de ascensão social e no âmbito político existia aqueles que condicionaram o ensino de adultos somente como mais um instrumento para a ampliação de votos.

Independente dos diferentes pontos de vistas é apenas no período da República que nos permite dizer que a educação de jovens e adultos se viu consolidada num sistema público. Isto devido às mudanças no plano da política e da economia, o que foi de alguma forma, elementar para a educação do país.

Com a constituição de 1934 foi estabelecido o Plano Nacional de Educação, e neste estava incluso a educação de adultos como dever do estado. Dentre as normas a serem seguidas estava a do ensino primário integral gratuito, sendo extensivo a adultos.

Mais políticas educacionais e pedagógicas foram marcadamente difundidas na década de quarenta.

Com a criação e regulamentação do Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP) em 1942, programa este dedicado, para regulamentação e distribuição de verbas voltadas para a educação primária; a criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) em 1947, cuja missão é promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o Sistema Educacional Brasileiro e fazer levantamentos estatísticos e avaliativos em todos os níveis e modalidades de ensino, como atualmente é feito na forma do Censo Escolar; Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb); Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Ainda na década de quarenta surgiu o aparecimento de obras dedicadas ao ensino supletivo, como o surgimento da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA (1947/1952) caracterizou-se fundamentalmente pelo seu aspecto extensivo (alfabetização de grande parte da população), ampliando as redes estatuais de ensino supletivo. Essas campanhas e iniciativas políticas e pedagógicas serviram para instituições encararem a educação de adultos como um problema a ser combatido. Como também de grande importância, foi o reconhecimento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) fundada em 16 de Novembro de 1945 e principalmente o seu apoio a programas de desenvolvimento da educação para jovens e adultos.

A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) foi criada em 1947, em decorrência da regulamentação do Fundo Nacional do Ensino Primário e em atenção aos apelos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Planejada para preparar mão-de-obra alfabetizada nas cidades e para penetrar no campo a fim de promover a integração, à sociedade de imigrantes e de seus descendentes. Sendo bastante eficaz e organizada, possuindo planos de ação extensiva e em profundidade com o intuito de não só alfabetizar, mas também fincar raízes na iniciativa do trabalho educativo, tanto no meio rural quanto no urbano.

Desde então muito foi feito em prol da educação de adultos. Ainda no mesmo ano de 1947 houve o 1º Congresso de Educação de Adultos, realizado no Rio de Janeiro, enaltecendo as especificidades voltadas para a educação em diferentes níveis e se recomendava uma preparação adequada para se trabalhar com adultos. Em 1949 aconteceu o Seminário Interamericano de Educação de Adultos, Realizado no Brasil sob o patrocínio da UNESCO e da Organização dos Estados Americanos (OEA), tendo agregado especialistas em educação de vários países que desenvolviam e discutiram os problemas da época, sobre as campanhas de educação de adultos, como o México, Venezuela e Guatemala. Já em 1952 foi criada a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) para

o desenvolvimento das comunidades do campo, com profissionais preparados para o auxílio às populações da zona rural.

Os anos cinqüenta foram bastante produtivos no que diz respeito à erradicação do analfabetismo, como no caso da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA) criada em 1952, com o objetivo de eliminar o analfabetismo do Brasil entre crianças e adultos, passando por dificuldades financeiras em 1961, não apenas a CNEA, como também grande parte das campanhas educativas da época, sendo extinta em 1963.

Vários congressos foram realizados com o pleno objetivo de avaliação e propostas adequadas para sanar possíveis problemas na área, dentre eles o que mais se destacou foi o 2º Congresso Nacional de Educação de Adultos, realizado em 1958, criticando em seus debates os materiais didáticos inadequados, a precariedade dos prédios escolares e também sobre a qualificação dos professores. Esses congressos possibilitaram a criação em 1962 de um Plano Nacional de Educação, com intuito básico de alcançar metas educacionais quantitativas e qualitativas em um prazo de oito anos, elaborado na vigência da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024¹, de 1961. Em consequência, foram extintas as campanhas nacionais de adultos em vigor em 1963.

A década de sessenta é marcada no seu início por um grande impulso nas campanhas em prol da educação de adultos. Isto devido ao vínculo entre o estado e a igreja, mas com o golpe militar de 1964 as restrições se acentuaram. A repressão a movimentos que davam idéia de força popular foram rechaçados. O único que sobreviveu a estes tempos de cólera foi o Movimento de Educação de Bases (MEB), no qual prestava serviço à educação de base e também ao ensino dos adultos de cunho religioso e educacional, isto ocorreu porque este movimento tinha ligação com o MEC e a igreja católica. Mesmo assim suas atividades findaram no ano de 1966, por falta de recursos financeiros e por sofrer constantes pressões do governo militarista.

Na década de sessenta surge o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Projeto do governo criado em 15 de dezembro de 1967, surgindo como prosseguimento das campanhas de alfabetização de adultos iniciadas nas décadas passadas. Tinha o objetivo de acabar com o analfabetismo em apenas dez anos. Esta meta não foi cumprida, pois após o período assim estipulado o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), registrou o índice 25,5% de pessoas analfabetas na população de 15 anos ou mais. O programa ganhou ampliação em seus recursos no campo educacional.

¹ Art. 2º A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola.

Alterações diversas se processaram, expandindo a atuação do MOBRAL para os campos da educação comunitária e educação infantil. Sendo extinto em 1985, devido ao período recessão econômica que se encontrava o Brasil, pois o mesmo demandava uma elevada arrecadação de recursos para sustentar o projeto

No ano de 1971 foi implantado o ensino supletivo no Brasil. Um momento marcante para a história da educação de jovens e adultos.

Durante o período militar, a educação de adultos adquiriu pela primeira vez na sua história um estatuto legal, sendo organizada em capítulo exclusivo da Lei nº5.692/71, intitulado ensino supletivo. O artigo 24 desta legislação estabelecia com função do supletivo suprir a escolarização regular para adolescentes e adultos que não a tenham conseguido ou concluído na idade própria. (Vieira, 2004, p. 40).

Por todo o país foram criados Centros de Estudos Supletivos. Este seria o grande modelo de educação eficaz à modernidade, onde um grande número de pessoas teria a chance de se escolarizar, com baixos custos e buscar o aprimoramento para assim se tornar apto ao mercado de trabalho sempre muito exigente. Então os Centros de Estudos Supletivos surgem como a educação do futuro.

Porém todo método de ensino está sujeito a falhas que ao início passam despercebidas. Além da falta de recursos necessários a continuidade e ao bom funcionamento dos Centros Supletivos. A grande problemática dos Centros de Estudos Supletivos era o fato de as aulas não serem obrigatórias. Ou seja, o sistema de ensino não exigia uma frequência obrigatória, o que gerou um índice de evasão escolar elevado, pois muitos queriam apenas a obtenção de diploma, fazendo o mínimo possível para obtenção deste. Restringindo o aluno à procura apenas do diploma sem conscientização da necessidade básica do processo de ensino e aprendizagem.

Nos anos oitenta o Brasil passa por um processo de mudança política, como a volta da democratização, sendo extinto o MOBRAL em 1985 e substituído pela Fundação Educar. A Fundação Educar foi criada em 1985, ao contrario do MOBRAL, a Fundação não agia diretamente no processo de alfabetização, mas sim dando suporte a educação de adultos de forma indireta, com o apoio do Ministério da Educação

Neste contexto, educadores e políticos avançaram em organizações em prol da educação de jovens e adultos. Houve algumas conquistas. Com a Constituição de 1988 é que se perceberam estes ganhos. Por exemplo, o ensino fundamental, obrigatório e

gratuito, passou a ser garantia constitucional também para os que a ele não tiveram acesso na idade adequada.

As atenções voltadas para a EJA cessaram nos anos noventa. A Fundação Educar fechou as portas por conta do chamado enxugamento da máquina administrativa planejada pelo presidente Fernando Collor de Melo e aos poucos a responsabilidade pelas atividades da EJA foi transferida para os Municípios e Estados.

Em janeiro de 2003, o MEC se pronunciou a favor da educação de jovens e adultos, abraçando-a com responsabilidade e dizendo ser prioridade do governo federal o empenho na valorização desta. A criação da Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo surgiu como uma instituição formada para erradicar o analfabetismo. Com a ajuda de mais um programa criado, o Programa Brasil Alfabetizado, que contará com o apoio do MEC, servindo para contribuir com os órgãos públicos estaduais e municipais, no intuito de desenvolver ações para a formação de alfabetizadores e como também à alfabetização de jovens e adultos. Como mostra o gráfico abaixo, enaltecendo os dados e expansão do programa:

Programa Brasil Alfabetizado - 2006					
Âmbito Geográfico	Alfabetizandos	Alfabetizadores	Turmas	Entidades Parceiras	%Matrícula
Norte	107.466	6.319	6.603	81	7,48
Nordeste	1.109.995	56.894	58.299	320	67,33
Centro-Oeste	74.808	3.283	4.241	32	3,89
Sudeste	214.609	13.474	15.912	207	15,95
Sul	86.447	4.525	4.996	70	5,36
Brasil	1.593.325	84.495	90.051	673	100,00

(Fonte: MEC/SECAD - Mapa do Brasil Alfabetizado)

O Programa Brasil Alfabetizado foi criado para ter duração de quatro anos. Mas ainda está em vigor no segundo mandato do presidente Luis Inácio Lula da Silva. Contudo, nada impede que o próximo pleito do então presidencial desse continuidade a esse programa. Deve haver, também, a ligação do programa de alfabetização com outros programas governamentais, como foi o caso do bem sucedido programa Alfabetização Solidária, que é uma parceira entre governos e sociedade civil, com o objetivo de reduzir

os alarmantes índices de analfabetismo que ainda vigoram no Brasil e ampliar a oferta de Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos municípios em que atua. Sendo hoje conhecido também como ALFASOL, um programa de relevância quando o assunto é alfabetização de jovens e adultos. Sua abrangência ultrapassa as fronteiras Brasileiras e já é destaque e modelo de Educação em vários países.

A Educação de Jovens e Adultos deve ser tratada juntamente com outras políticas públicas e não separadamente.

Mesmo, reconhecendo a disposição do governo em estabelecer uma política ampla para EJA, especialistas apontam a desarticulação entre as ações de alfabetização e de EJA, questionando o tempo destinado à alfabetização e à questão da formação do educador. A prioridade concedida ao programa recoloca a educação de jovens e adultos no debate da agenda das políticas públicas, reafirmando, portanto, o direito constitucional ao ensino fundamental, independente da idade. Todavia, o direito à educação não se reduz à alfabetização. A experiência acumulada pela história da EJA nos permite reafirmar que intervenções breves e pontuais não garantem um domínio suficiente da leitura e da escrita. Além da necessária continuidade no ensino básico, é preciso articular as políticas de EJA a outras políticas. Afinal, o mito de que a alfabetização por si só promove o desenvolvimento social e pessoal há muito foi desfeito. Isolado, o processo de alfabetização não gera emprego, renda e saúde. (Vieira, 2004, p. 85-86).

Sendo assim, fica evidente o caminho que a EJA traçou ao longo do nosso país até chegar aos dias de hoje. Muito já foi feito, mas ainda há o que se fazer. Não se pode relaxar com os avanços já conseguidos, é necessário enxergar novos horizontes na busca da total erradicação do analfabetismo em nosso país, pois a educação é direito e dever de todos dos cidadãos.

2.1. A Metodologia de Paulo Freire

A Metodologia de Paulo Freire um sistema eficaz e inovador foi posto em prática em meados da década de 60, inicialmente no nordeste mais especificamente da cidade de Angicos, no Rio Grande do Norte, sendo que foi reconhecido e assimilado por todo o Brasil, no qual foi aplicado em muitos grupos culturais na população de um modo geral. Paulo Freire e sua comitiva se destacaram em âmbito nacional devido ao fato de que além de criticar o ensino e as metodologias da época, ele sugeria os meios e os caminhos para os problemas da mesma. Existe um vínculo entre a EJA e o sistema adotado por Paulo

Freire, o que proporcionou uma mudança de paradigma teórico-pedagógico. Em vez de se utilizar do método silábico de aprendizagem (método este que procura instrumentar o indivíduo a reconhecer automaticamente sílabas, restringindo-se apenas a memorização e repetição de palavras e frases soltas), desenvolve-se uma nova concepção onde o primordial é estimular o senso crítico das pessoas e proporcionar assim a interação entre ambas.

São criados novos métodos de aprendizagem, por meio dos quais o alfabetizador trabalha o conteúdo a ser ensinado - a língua escrita - com a preocupação de que seus alunos estejam compreendendo o sentido para o sistema da escrita, a partir de temas e palavras geradoras, ligadas às suas experiências de vida. Nessa nova concepção de alfabetização, o conhecimento se constrói juntamente com a língua escrita por meio do diálogo entre professor e aluno.

Como é o caso abordado em seu livro sobre a importância da leitura, enfatizando a questão das palavras geradoras:

“A palavra tijolo, por exemplo, se inseriria numa representação pictórica, a de um grupo de pedreiros, por exemplo, construindo uma casa. Mas, antes da devolução, em forma escrita, da palavra oral dos grupos populares, a eles, para o processo de sua apreensão e não de sua memorização mecânica, costumávamos desafiar os alfabetizados com um conjunto de situações codificadas de cuja decodificação ou “leitura” resultava a percepção crítica do que é cultura, pela compreensão da prática ou do trabalho humano, transformador do mundo. No fundo, esse conjunto de representações de situações concretas possibilitava aos grupos populares uma “leitura” da “leitura” anterior do mundo, antes da leitura palavra”.²

Paulo Freire, importante autor na história da alfabetização de adultos, foi punido e exilado devido ao Golpe de Estado em 1964, sendo considerado subversivo, suas idéias foram comparadas às de Hitler, Stalin, Musoline e Perón proibidas de circular no Brasil durante muito tempo, refugiando-se no Chile.

A proposta de Paulo Freire baseia-se na realidade do educando, levando-se em conta suas experiências, suas opiniões e sua história de vida. Esses dados devem ser organizados pelo educador, a fim de que as informações fornecidas por ele, o conteúdo preparado para as aulas, a metodologia e o material utilizados sejam compatíveis e

² FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 32ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

adequados às realidades presentes. Educadores e educando devem caminhar juntos, interagindo durante todo o processo de alfabetização.

É importante que o adulto compreenda o que está sendo ensinado e que saiba aplicar em sua vida o conteúdo aprendido na escola. Então, para ser um ato de conhecimento o processo de alfabetização de adultos demanda, entre educadores e educando, uma relação de autêntico diálogo. Aquela em que os sujeitos do ato de conhecer (educador - educando; educando - educador) se encontram mediados pelo objeto a ser conhecido. Nesta perspectiva, portanto, o alfabetizando assume, desde o começo da ação, o papel de sujeitos criadores. Aprender a ler e escrever já não é, pois, estar arraigado a utilização de cartilhas e a educação bancária (uma espécie de gaveta vazia onde o professor deveria depositar conhecimento) ³, memorizar sílabas, palavras ou frases, mas sim refletir criticamente sobre elas e o próprio ser, a realidade, o processo de ler e escrever e sobre o profundo significado da linguagem.

Paulo Freire em seu livro “Conscientização” fala justamente sobre esse processo de reflexão crítica:

“O homem, precisamente porque é homem, é capaz de reconhecer que existem realidades que lhe são exteriores. Sua reflexão sobre a realidade o faz descobrir que não está somente na realidade, mas com ela. Descobre que existe seu eu e o dos outros, embora existam órbitas existenciais diferentes: o mundo das coisas inanimadas, o mundo vegetal, o animal, outros homens... Esta capacidade de discernir o que não é próprio do homem permite-lhe, também, descobrir a existência de um Deus e estabelecer relações com ele. O homem, porque é homem, é capaz igualmente de reconhecer que não vive num eterno presente, e sim um tempo feito de ontem, de hoje, de amanhã. Esta tomada de consciência de sua temporalidade (que lhe vem de sua capacidade de discernir) permite-lhe tomar consciência de sua historicidade, coisa que não pode fazer um animal porque não possui esta mesma capacidade de discernimento”.⁴

O hoje conhecido método Paulo Freire, ou simplesmente método freiriano, prega uma forma de conduta que consiste na alfabetização voltada para a libertação e conscientização do indivíduo. Essa quebra da opressão não se dá somente no campo

³ **Pedagogia do oprimido** é uma obra clássica de Paulo Freire, onde o autor expõe a filosofia educativa que orientou sua atuação no campo da alfabetização de adultos.

⁴ FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

cognitivo, mas deve acontecer, essencialmente, nos campos social, cultural e político, pois o ato de conhecer não é apenas cognitivo, mas político, e se realiza no âmago da cultura. A visão passiva e condicionada que os indivíduos têm da realidade torna-os escravos, na medida em que, não sabendo que podem transformá-la, sujeitam-se a ela. Essa descrença na possibilidade de intervir na realidade em que vivem é alimentada pelas cartilhas e manuais escolares que colocam homens e mulheres como observadores e não como sujeitos ativos capazes de mudar, melhorar e conseqüentemente transformar a realidade.

CAPÍTULO II

3. A FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

Sobre a proposta de formação dos educadores de pessoas jovens e adultos o que se destaca no decorrer dos anos é a falta de preparação dos professores, como também a falta de incentivos e os precários recursos em projetos implantados pelos diversos órgãos e instituições governamentais ou não-governamentais.

Assim como os demais professores, o educador de pessoas jovens e adultas também deve ter, no seu processo educacional, o acesso à formação inicial e continuada de qualidade, que lhe garanta construir experiências educativas, atendendo às necessidades e desejos dos jovens e adultos.

Apoiar a bandeira da qualidade na formação de educadores de jovens e adultos é recuperar a essência contra o analfabetismo –funcional e absoluto – em torno de 40 milhões de brasileiros que continuam excluídos do quadro educacional e do exercício e direito de sua cidadania, é apontar a pouca oferta de vagas (três milhões) nos cursos de supletivo em face da ampla demanda, é indicar a necessidade de expandir o ensino noturno para os jovens e adultos que estão inseridos no mundo do trabalho, é se abismar com os grandes índices de evasão escolar, enfim é evidenciar a ausência de políticas públicas que atendam às necessidades dessa expressiva parcela da população.

Quando refletimos na educação de pessoas jovens e adultas é necessário que tenhamos consciência de que se trata de uma educação popular, como exigência e condição de cidadania é preciso que pensemos em uma freguesia com características próprias e únicas que, por isso, tem necessidades específicas, dirigida a jovens e adultos trabalhadores que foram excluídos do acesso ao sistema regular de ensino. No Brasil, mais de 70 milhões de brasileiros maiores de 14 anos não completaram o ensino fundamental (Ribeiro, 1999) e 70% da População Economicamente Ativa possuem uma escolaridade que não ultrapassa a quarta série do ensino fundamental (Fávero, Rummert e De Vargas, 1999).

Mesmo com a progressiva redução do índice de analfabetismo absoluto no decorrer dos anos, em nível mundial, para pessoas com 15 anos ou mais, mostrado no

gráfico logo abaixo, o Brasil ainda continua apresentando o maior contingente de analfabetos absolutos, como também os jovens e adultos com baixa escolaridade do continente americano.

TAXAS DO ANALFABETISMO ABSOLUTO DE PESSOAS DE 15 ANOS OU MAIS, BRASIL

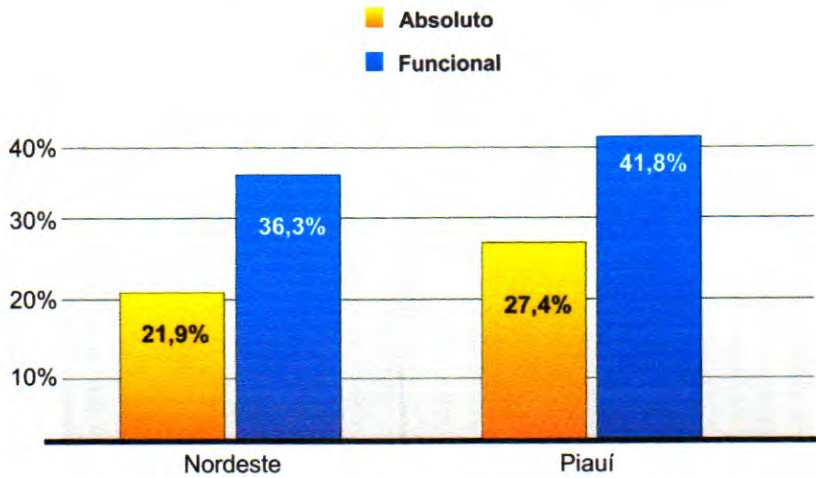
DÉCADA	PERCENTUAL
1940	56,1%
1950	50,7%
1960	39,6%
1970	33,6%
1980	25,5%
1990	20,1%
2000	13,6%

(Fonte: IBGE/ Síntese de Indicadores Sociais 2000)

A distribuição do analfabetismo pelo Brasil, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2005) ocorre de forma assimétrica, destacando-se o maior índice na taxa de analfabetismo absoluto na Região Nordeste 21,9% da população; 27,4% no estado do Piauí e na cidade de Parnaíba na qual foi realizada a presente pesquisa registram os índices de 18,3% na faixa etária entre 7 a 14 anos, 7,4% na faixa etária entre 15 a 17 anos e 12,9% na faixa etária entre 18 a 24 anos. No entanto, quando empregamos o termo analfabetismo funcional esses indicadores aumentam expressivamente, na Região Nordeste os índices passam a ser 36,3% e no estado do Piauí 41,8%.

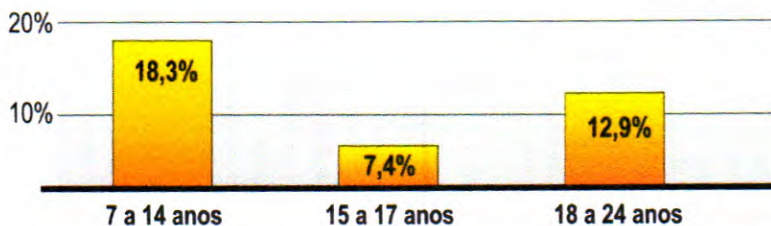
O gráfico abaixo enaltece os dados explanados no parágrafo acima sobre o analfabetismo absoluto e funcional na Região Nordeste, Piauí e Parnaíba:

Índice de Analfabetismo Absoluto e Funcional:



Fonte de Pesquisa: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Índice de Analfabetismo Absoluto em Parnaíba:



Fonte de Pesquisa: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

O analfabeto funcional, qualificação dada à pessoa que, mesmo com a capacidade de decodificar as letras, frases, sentenças e textos curtos e números, porém não desenvolvem a habilidade de interpretação de textos e de fazer as operações matemáticas. Também é definido como analfabeto funcional o indivíduo maior de quinze anos e que possui escolaridade inferior a quatro anos, embora essa definição não seja muito precisa, já que existem analfabetos funcionais com nível superior de

escolaridade. Esse acontecimento está sendo gerado no ensino regular pelos baixos índices de permanência e progresso no sistema de ensino escolar e pela baixa qualidade do ensino oferecido no sistema escolar, que se depara abaixo dos mínimos socialmente requeridos para o exercício pleno da cidadania. Além do mais, de acordo com a evolução do analfabetismo absoluto, nota-se que o Brasil não conseguiu preencher a meta designada na Conferência Mundial de Educação para Todos, de reduzir, até o ano 2000, o analfabetismo à metade dos índices de 1990.

Basicamente, na maior parte dos programas desenvolvidos, há ausência da formação apropriada para os educadores de jovens e adultos, levando-os a práticas pedagógicas assistencialistas e infantilizadoras. De acordo com Fávero, Rummert e De Vargas (1999), tais métodos:

Além de desprofissionalizar o educador de jovens e adultos e a própria ação educativa com eles desenvolvida, distancia a Educação de Jovens e Adultos de um estatuto próprio que subsidie a formulação de propostas teórico-metodológicas com as vivências e os saberes daqueles aos quais se destina (FÁVERO, O. RUMMERT, S. M.^a; DE VARGAS, S. M.^a, 1999, p. 02).

Essas estatísticas, mencionadas acima, advertem a precisão de implantação de políticas públicas de EJA mais eficientes e eficazes que, principalmente, ampliem a oferta de EJA, atualmente muito abaixo da necessidade, atingindo em 1997 apenas 3% da demanda possível. Do mesmo modo, faz-se necessário acrescentar o financiamento que, em 1994 e 1995, registraram o insignificante índice de 0,3% do gasto total com educação efetuado pelas três esferas do governo federal, estadual e municipal.

Determinados autores, defensores da especificidade da EJA, DI ROCCO (1979), MUCHIELLI (1981), MALGLAIVE (1995), asseguram que não houve empenho da pedagogia em desenvolver um delineamento inicial teórico e metodológico para o adulto. Esta incumbência sustenta-se pela própria origem da palavra pedagogia que literalmente significa educar crianças. Os autores abordam o ponto de que a pedagogia não se aprofundou, na especificidade da EJA, pelo fato do adulto não ser o seu foco de estudo e afirmam que muitas dificuldades diluem-se quando se busca atender à especificidade da EJA, e alguns, até propõem a construção da Andragogia – a ciência da educação de adultos, desenvolvida inicialmente na década de 1960, pelo educador de adultos, o iugoslavo Dusan Savicevec.

Sobretudo, o arquétipo andragógico é fundamentado em diversos pressupostos que são desiguais àqueles que estudamos no modelo pedagógico.

A força que atrai o adulto ao saber, não é nada menos que necessidade de aprender por conta própria ou com a ajuda de um profissional é um investimento onde o gasto de energia é consequência da diária investigação. Mas o adulto precisa ter a consciência de que o estudo é importante e que ele não pode perder esta *necessidade de saber*.

Muitos adultos tendem a sentir-se de personalidade pronta, donos de seus conceitos e os principais responsáveis pela própria vida. É bem verdade que seja correto essa forma de conduta, mas o erro encontra-se na não aceitação de novos conceitos, da condução feita por outro sujeito. Psicologicamente falando, os adultos querem ser vistos como capazes de conduzir-se sem a imposição dos desejos alheios, criando-se um *auto-conceito*. Outro cuidado que se deve ter é com o aproveitamento e a consciência de que o adulto aprendiz já traz do mundo lá fora uma ampla bagagem, um vasto conhecimento de mundo, um punhado considerável de experiências que positivamente o aproxima do contexto educacional, no sentido de ser diferente justamente pela vivência maior, embora ainda esteja engatinhando nas disciplinas escolares. Portanto deve-se priorizar o *papel das experiências dos aprendizes*.

Os adultos estão sempre aptos ao aprendizado, pois conscientes são de que estão ali para aprimorar seus conhecimentos e aplicá-los na vida real. Eles estão dispostos, sempre *prontos para aprender*.

Diferentemente de crianças, as quais se concentram no conteúdo, os adultos apóiam-se sempre nos problemas cotidianos, no trabalho, na própria vida e nas tarefas a serem apreendidas. Portanto abre-se um leque de inferências que são a *orientação para aprendizagem* da qual dispõem os adultos.

O maquinário que move o adulto ao aprendizado chama-se *motivação*. O que leva este à sala de aula, além da necessidade de aprimoramento é o empenho por melhores condições de vida, um melhor salário, a satisfação de ver-se crescer e desenvolver-se à medida do esforço e da compressão.

Necessidade de saber, auto-conceito, o papel das experiências dos aprendizes, o estar pronto para aprender, a orientação para a aprendizagem e a motivação, estes são os principais pressupostos em que é fundamentado o arquétipo andragógico.

No entanto apesar das ações bem definidas pela andragogia a respeito da educação de jovens e adultos, a mesma não assumiu a igual importância e relevância que a pedagogia, devido aos fatos históricos já mencionados no primeiro capítulo deste trabalho sobre a educação de adultos, na qual nunca ter se constituído em uma prioridade e também não ter apresentado uma base sólida no campo social, econômico e político no Brasil.

Esta dualidade primária, em meio à pedagogia e andragogia advertiu a necessidade de delimitação dos termos na acepção de edificar uma teoria da educação que abrange na totalidade dos processos educacionais, considerando as características biológicas, psicológicas e sócio-políticas dos educandos, tanto crianças como adultos.

Deste modo, conhecer as disparidades entre crianças e adultos no que tange à aprendizagem é essencial para uma educação de inclusão. Não significa uma mera disputa de nomenclatura, mas, principalmente um compromisso com a formação do ser humano e com o resgate do papel antropológico da educação, progresso e evolução da humanidade.

Resgatando ao tema e a abordagem principal ao propósito da formação de educadores de pessoas jovens e adultas, acreditamos que refletir sobre o desenvolvimento de educadores exige de nós professores e futuros professores uma tomada de atitude política. Essa atitude política deve possuir a definição de causar a socialização do conhecimento, permitindo a inclusão de jovens e adultos trabalhadores, social e educacionalmente excluídos.

Aprender que a busca de alternativas para a formação de educadores de pessoas jovens e adultas tem como objetivo proporcionar a esses trabalhadores, além do acesso e permanência à educação que lhes foi negada durante a sua idade escolar obrigatória, o acesso a uma sociedade mais igualitária e justa e o desenvolvimento da criticidade. Portanto se assim refletirmos, devemos alcançar meios para exceder as perspectivas assistencialistas desenvolvidas, apontando para isso informações construídas coletivamente com alunos e educadores, que ofereçam auxílio para o enfrentamento dos problemas da educação de jovens e adultos já indicados.

Este movimento é que possibilita pelo meio da formação inicial e continuada do professor da Educação de Jovens e Adultos (EJA); discutir possibilidades sobre implantações de projetos e políticas públicas voltadas para a EJA, fazendo com que as três esferas do governo, federal, estadual e municipal liberem mais recursos e dêem mais valor a esta modalidade de ensino; através da construção de um projeto

pedagógico, propondo metodologias e habilidades específicas para a EJA; a constituição e formação com saberes e envergaduras específicas para esta modalidade de ensino, também na constituição da educação formal, como possibilidade de acesso a vários conhecimentos, que serão importantes para que homens e mulheres interajam no mundo de forma consciente.

Por fim, podemos consolidar a trajetória histórica e o processo formação da EJA, na qual em nosso país sempre sofreu em contínuas interferências no contexto histórico, social e político de cada época como também nos dias atuais. A ênfase na educação de jovens e adultos teve significativas relevâncias e retrocessos no processo histórico, mas será realmente de grande contribuição para nossa sociedade e educação se o trabalho docente também estiver qualificado para tal modalidade de ensino, ofertando assim uma educação de qualidade com ideais críticos, reflexivos e transformadores.

CAPÍTULO III

4. O PERFIL DO EDUCANDO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

Ao se avaliar a Educação de Jovens e Adultos (EJA) em uma definição geral, baseando-se no identificador da pluralidade das pessoas que dela fazem parte, averigua-se que, longe de estar servindo ao quadro da democratização e das oportunidades educacionais, ela se acomoda no lugar dos que "podem menos e também obtêm menos". Conforme nos indica Arroyo (2001, p. 10), os olhares sobre a condição social, política e cultural dos alunos de EJA têm condicionado as diversas concepções da educação que lhes é oferecida.

As desigualdades entre as pessoas acentuam-se cada vez mais na realidade que convivemos, tanto no campo social, econômico e cultural, como no campo educacional. Por tanto no panorama, do conceito de que a educação é a porta para superação das dificuldades, preconceitos e problemas sociais, ganha ainda mais ênfase, distinguindo-se como um meio expressivo para a mobilização e reestruturação da sociedade.

A prática educacional, voltada para uma visão específica de sujeitos que constituem a EJA, os quais são tratados como uma massa de alunos, sem identidade, qualificados sob diferentes aspectos genéricos, relacionados ao dito "fracasso escolar". Arroyo (2001) ainda chama a atenção para o discurso escolar que os trata, a priori, como os repetentes, evadidos, defasados, aceleráveis, deixando de fora dimensões da condição humana desses sujeitos, básicas para o processo educacional. Ou seja, concepções e propostas de EJA comprometidas com a formação humana passam, necessariamente, por entender quem são esses sujeitos e que processos pedagógicos deverão ser desenvolvidos para dar conta de suas necessidades e desejos.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) abrange em sua totalidade, métodos formativos de caráter diversificado, cuja concretização se forma a partir da interação de uma variedade de atores, envolvendo, de um lado, a sociedade civil, o Estado e o setor privado, dentre outros, e, de outro, uma gama de sujeitos tão diversificada e extensa quanto são os representantes das classes mais paupérrimas da sociedade (jovens, negros, trabalhadores, populações rurais, idosos etc.). Estamos falando de trabalhadores e não-trabalhadores, das populações das regiões rurais e metropolitanas, dos detentos,

contingentes esses que, em sua grande maioria, são formados por jovens, afro-descendentes, sujeitos que vivem à margem da sociedade, como também portadores de necessidades especiais, dentre outros.

Segundo os conceitos de VÓVIO, MOURA e RIBEIRO (2000), com base nas relações pessoais e do conhecimento, a baixa auto-estima, uma auto-imagem negativa, gera bloqueios e dificuldades na aprendizagem e assimilação dos conteúdos, gerando dúvidas, insegurança e acanhamento no âmbito escolar. Deste modo, provocando conseqüentemente o processo da evasão, fracasso escolar e a exclusão social.

Sendo assim, edificar uma EJA que apresente seus métodos pedagógicos, analisando quem são esses indivíduos, suas necessidades e inseguranças, sugere refletir a propósito das probabilidades de modificar e transformar as instituições de ensino que os atende em uma corporação aberta, que valorize e respeite seus direitos e deveres, como seus interesses, conhecimentos e expectativas, que estimule a sua participação direta, que se proponha a produzir, mobilizar e ampliar conhecimentos que partam da vida cotidiana desses sujeitos, que evidencie interesse por eles como cidadãos e não somente como objetos fixos de aprendizagem e assimilação de conteúdos vazios. As instituições de ensinos com certeza apresentarão mais êxitos se os padrões dessas instituições forem maleáveis e flexíveis perante a diversidade cultural e sócio-econômica do alunado da EJA, como também se adaptando aos novos métodos e avaliações e normas de convivência. Por tanto, é fundamental que os métodos de formação de educadores investiguem de forma avaliativa as desiguais configurações de atendimento da EJA, seus sujeitos, ou seja, os atores que constituem tal ensino, o cotidiano e essencialmente, refletir as possibilidades de um dia-a-dia mais próspero para todos aqueles que se depararam nessa modalidade educativa, muitas vezes, a última oportunidade de conquistar enfim uma formação acadêmica.

De acordo com o Governo do estado de Mato Grosso em parceria com a Secretaria de Estado da Educação e Superintendência de Ensino e Currículo, traz de forma bem definida o perfil do aluno jovem e adulto:

(...) o programa da EJA têm sido crescentemente procurado por um público heterogêneo, cujo perfil vem mudando em relação à idade, expectativas e comportamento. Trata-se de um jovem ou adulto que historicamente vem sendo excluído, quer pela impossibilidade de acesso

à escolarização, quer pela exclusão da educação regular ou por ter que trabalhar⁵.

Ainda nessa conjuntura, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), no papel de sistema educacional, se estabelece em apoio aqueles que não tiveram oportunidade de ter sua escolarização básica no período regular de ensino em suas existências. Para compensar esta falta de oportunidade seria viável a criação de programas e medidas educacionais de qualidade e com conteúdos metodológicos voltados para o público alvo da EJA, tornando-os assim sujeitos ativos e conscientes na sociedade em que estão inseridos, como também garantam o ingresso e a permanência contínua de jovens e adultos ao ambiente escolar.

4.1. As Diferentes Raízes Culturais e a Importância da Escola

Sobre as diferentes raízes culturais, podemos retratar de forma específica nessa pesquisa o tema no qual apresenta duas tendências que se divergem em suas reflexões. A primeira tendência esta ligada ao desenvolvimento psicológico do sujeito determinando a configuração de pensamento uns apresentando formas mais sofisticadas já outros demonstrando formas menos sofisticadas de pensamento. Sendo assim, determinados grupos humanos possuiriam, assim, um caráter de funcionamento psicológico mais avançado, enquanto outros permaneceriam em estágios mais "primitivos". Levando essa primeira tendência ao aspecto educativo, os grupos humanos que possuem caráter de pensamento menos avançado teriam de ser submetidos a um determinado tipo de ensino mais rígido e compensatório para suprir suas fragilidades e insuficiências educacionais e assim possibilitando seu ingresso às formas mais sofisticadas de desenvolvimento intelectual. De acordo com essa tendência a sociedade urbana considera tais grupos de pensamentos "primitivos", aqueles que são justamente de procedência rural, com nível socioeconômico mais baixo e sem escolaridade básica.

A tendência que se contrapõe à primeira acima citada, se fundamenta no conceito de que os sujeitos e grupos humanos se dispõem psicologicamente em resposta às ações do contexto em que vivem. Ou seja, não existiria um trajeto universal para o desenvolvimento humano, porém, opostamente, os moldes de reflexão e a atividade psicológica em comum seriam decididos na relação do ser humano com as ocorrências

⁵ SEDUC. SEC – EJA. Programa de Educação de jovens e adultos de Mato Grosso, 2001.

reais que afronta em sua existência concreta. Nesse ponto de vista não teria sentido uma comparação entre grupos "avançados" e "primitivos", pois toda atuação humana é intercambiável e de igual importância. Podendo haver diferenças nos conteúdos e raízes culturais, no entanto não há caráter de funcionamento mais e menos sofisticado.

A decorrência dessa segunda tendência de pesquisa para os moldes da educação é a de que precisamos trabalhar com a realidade do aluno e que todo tipo de conteúdo cultural e de modo de pensamento carece ser respeitado e integrado ao trabalho pedagógico concretizado na instituição escolar. Os grupos sociais, no qual têm sido tradicionalmente dispostos na escola também são elaboradores de informação e conhecimento, e não competiria à escola infligir seu oportuno caráter de funcionamento psicológico, pois o que todo sujeito traz consigo é igual e equivalente, em termos de valor, sofisticação e complexidade, ao que a instituição escolar tem a oferecer.

A oposição entre as relações culturais e essas duas tendências, elucidada determinados pontos específicos, relevantes à discussão da questão sobre a inclusão do aluno jovem e adulto analfabeto ao mundo letrado, os quais serão apresentados em seguida.

Como vimos anteriormente, o grupo formado pelos analfabetos (sujeitos inseridos na sociedade, caracterizados por não dominar inteiramente os princípios da leitura e escrita). A identidade de um componente desse grupo estabelece-se, na maioria dos casos, por uma negação: ele é não-alfabetizado, não domina o preceito da escrita e leitura, não tem entrada a determinados modos de funcionamento presentes na sociedade em que estar inserido. As circunstâncias, na qual o sujeito vive em um ambiente composto de uma sociedade iletrada, como é o caso, por exemplo, de comunidades rurais, grupos tribais, etc. Um elemento de uma sociedade sem letramento convive como os demais de seu grupo social e se fixa nos costumes em que a deficiência do ato de ler e escrever não se torna um espaço em branco, mas sim peça integrante e comum na maneira de funcionamento presente nessa cultura.

O sujeito iletrado é uma denominação que explica a relação do indivíduo a um grupo cultural sem escrita, sendo caracterizado pela sociedade em que vive dentre vários aspectos, como a posição subalterna e dependente na sociedade, baixa qualificação profissional, procedência rural, falta de escolaridade, todos esses fatores mais a falta de oportunidade de acesso e permanência ao domínio da leitura e escrita, que do mesmo modo, combina-se com o não-domínio da escrita para determinar a situação do analfabeto

como a de uma pessoa com lacunas na sua composição como componente de uma cultura letrada.

Nas diversas investigações que procuram equacionar as diferentes relações entre as raízes culturais dos jovens e adultos, a importância da escola aparece como uma variante fundamental no significado das diversas culturas existentes, ou seja, independente do tipo de explanação apresentada pelos teóricos e pesquisadores, indivíduos com maior escolaridade tendem a ter uma atuação e desempenho intelectual qualitativamente desigual daquele sujeito com pouca escolaridade. É quase espontâneo refletir sobre a escola como instituição privilegiada no método de construção do modo de funcionamento intelectual dos componentes da sociedade letrada. A escola nada mais é do que uma agência social designada a conduzir e transmitir as informações, conhecimentos e os moldes de pensamentos e reflexões considerados indispensáveis ao centro e interior dessa sociedade marcada pelo constante desenvolvimento tecnológico, científico e cultural.

Quaisquer que sejam as instituições escolares nas quais debatemos pública ou privada, "tradicional" ou "moderna", de melhor ou pior ensino e qualidade, ela tem uma característica intrínseca à própria natureza e caráter da instituição, tendo em comum o conhecimento, objetivo essencial de sua ação. No ambiente escolar é trabalhado o conhecimento em si, ou seja, é na escola onde o indivíduo estuda e aprende a se relacionar com o conhecimento descontextualizado, a adotar a adequada disposição do saber (essencialmente constituída pelas diversas disciplinas científicas). Essa metodologia de refletir sobre o próprio conhecimento, que em Psicologia denominamos de metacognição, definida como o conhecimento ou atividade cognitiva que toma como seu objeto a cognição ou que regula qualquer aspecto da iniciativa cognitiva. Ela é chamada de metacognição porque seu sentido essencial é a "cognição acerca da cognição", ou seja, "pensar sobre o pensamento" (Flavell, Miller & Miller, 1999), é provavelmente o resultado mais básico do processo de escolarização. O sujeito que atravessa a escola é submetido à prática e aprendizado de desenvolver o conhecimento como objeto, essa prática o instrumentaliza para o molde de funcionamento intelectual característico da sociedade letrada.

De tal modo, se existe divergências na maneira de pensamento de componentes de distintos grupos culturais, dentro da sociedade urbana e contemporânea, isso não se deve a "deficiências" na composição e constituição do intelecto dos sujeitos desses grupos, mas sim, ao fato do confronto nas questões da vida social, isto é, é importante que se analise a construção das possibilidades de desempenho e comportamento intelectual dos

sujeitos, ainda que como essas possibilidades não estejam abertamente atuantes nos contornos das tarefas adequadas de sua vida habitual. A escola sendo arquétipo da instituição social que, no campo da sociedade letrada, instrui o homem a ir além de suas expectativas e o faz passar pelas dimensões do espaço, do tempo com o próprio conhecimento adquirido.

Muitos dos habitantes de origem rural migram das suas cidades locais para centros urbanos, justificado o seu ato e deslocamento para tais centros, com o argumento de que, no ambiente urbano, podem ter melhores capacidades e oportunidades de vida, melhores oportunidades de trabalho, tanto no aspecto familiar quanto educacional. Contudo, como penetrar em um mercado de trabalho cada vez mais seletivo e competitivo, no qual se exigem diversas competências e habilidades do sujeito em questão? Uma das respostas averiguadas seria justamente o fato ao ingresso à escolarização e a capacitação permanente de ensino desenvolvido pela escola.

Assim sendo, a proposta de conferir ao processo de escolarização o encargo pela admissão de um indivíduo pelo mercado de trabalho demonstra-se complexa. Primeiramente, porque, devido a esta atribuição, notamos um conflito conceitual entre escolarização, letramento e alfabetização. E Segundo, porque este substantivo abstrato alude à aprendizagem escolar, que, por sua vez, tanto pode absorver o ser humano quanto conteúdos, informações do mundo que passam a ser aprendidas no ambiente escolar (SOARES, M., 2003b).

Entretanto, apesar dos vínculos comuns entre os termos anteriormente citados, existem diferenças evidentes entre os mesmos. Bem mais do que a relação entre letramento e escolarização, alfabetização e escolarização, tanto para leigos quanto para profissionais da área educacional, surgem como sinônimos, quando não o são. Pondera-se que à escola se apresente com a finalidade de aprender o ensino da leitura e da escrita a ler e a escrever. Contudo, o desempenho da escola não se restringe ao ato de ler e escrever, seja em qualquer etapa e função de ensino e aprendizagem. Todavia, estas crenças de que só se aprende a leitura e escrita nas escolas, estão tão enraizadas em nossa cultura e sociedade no geral, que interferem diretamente nos avanços em diversos modelos de ensino e aprendizagem de tais conhecimentos e práticas educacionais (BRITTO, 2003).

A aceitação entre a ligação da alfabetização e letramento parece ser mais admissível do que a ligação entre letramento e escolarização. O letramento pode ser entendido como um conjunto de práticas e exercícios de leitura e escrita, que não se limitem à codificação e decodificação, ou seja, fazer com que o indivíduo seja capaz de

assimilar, compreender e interpretar todas as informações de leitura e escrita que estão a sua volta. Contudo, os sujeitos acreditam que, estando alfabetizados, isto é, de posse do código escrito, com seu uso efetivado em exercícios é uma decorrência, quando na verdade não é. Pois o processo do letramento não é decorrência espontânea da alfabetização nem da escolarização. Se assim refletirmos, estamos passando por cima sobre a questão da diversidade de práticas sociais de leitura e de escrita no mundo, sobretudo em contextos urbanos globalizados e letrados, e estamos julgando e limitando que todas essas práticas fazem parte da aprendizagem em ambiente escolar. Por tanto, sabedores de que a instituição escolar não é o suporte de todas as alterações que ocorrerem em nossa história, torna-se menos complexo alegar que ela nem sempre é a passagem direta para ingressar no mercado de trabalho, tendo em vista que as desenvolvuras de escrita e leitura estudadas e aprendidas na escola nem sempre satisfazem e correspondem àquelas determinadas no ambiente profissional.

No quadro profissional, destaca-se principalmente a necessidade do desenvolvimento de habilidades e competências que favoreçam a construção continua de múltiplos conhecimentos. Não apenas se limitar em conhecimentos restritos e específicos, mas, sim, um apoio sólido e de conhecimentos gerais. Segundo Isabel Infante, na qual acredita que a partir deste apoio, cada individuo se desenvolva em múltiplos aspectos sempre de acordo com a situação em que o contexto exigir. Sobretudo, além de capacidade criadora e adequabilidade, o sujeito necessita possuir intimidade com as habilidades sociais e funcionais da leitura, da escrita e da matemática, com conhecimentos técnicos exigidos por ocupações profissionais específicas, bem como a competência de trabalhar em grupo, o que exige as habilidades de comunicação e de autonomia/autogestão do sujeito e do grupo:

A obtenção de todas essas habilidades e competências depende não exclusivamente ao esforço e dedicação individual, mas, principalmente, no quesito coletivo, quando se analisam as circunstâncias de aprendizagem a que o sujeito se expõe e/ou é exposto (INFANTE, 2003, p.117).

No entanto, frente ao fato de que o Brasil ainda é um país cuja parcela da população adulta apresenta baixos índices de escolaridade média. Infante considera complexo introduzir uma capacitação permanente para o trabalhador brasileiro inserido nesse contexto, em vista que os níveis de escolaridade alcançados e as habilidades de

letramento adquiridas são fatores essenciais para a aquisição de bons resultados nos cursos dos quais participa e, até mesmo, para a sua integração nesses cursos. Para Infante:

(...) a população com baixa escolaridade não participa de oportunidades de capacitação e, se participa, (...) é em temas muito específicos, relacionados a ofícios que, provavelmente, não serão suficientes para tirá-los de seus níveis de pobreza (INFANTE, 2003, p.117).

Deste modo, no significado de que exista o acesso à empregabilidade, compreendida como a possibilidade de conquista e permanência do emprego ou no mercado de trabalho em geral, para esses sujeitos, M. Santos (1998) reflete no ensino profissional como a complementação da educação básica, isto é, a complementação dos níveis de Ensino Fundamental e Médio. Isto explica a preocupação com a educação de adultos e jovens como também a defasagem em seus níveis de escolaridade. Se quem não possui escolaridade defasada enfrenta obstáculos para a sua permanência e, quando não, para a sua entrada no mercado profissional, mais obstáculos enfrentam aqueles que, com idade avançada, ainda estão sendo alfabetizados ou cursando as séries equivalentes ao Ensino Fundamental e Médio.

Diante dessa conjuntura social, econômica e política em que se encontra o sistema educacional brasileiro, contemplando a importância da escola e as diferentes culturas dos jovens e adultos, inserida em uma perspectiva social de letramento, inquietamo-nos acerca da implementação e integração de programas de educação básica de adultos no território brasileiro. Prevalece nessa modalidade educacional uma clientela que apresenta uma defasagem em seus níveis de escolaridade, que, por sua vez, impede ainda mais o acesso e ingresso ao mercado de trabalho. Ainda que o acesso do seu nível de escolaridade possa não assegurar a sua integração e permanência em contextos profissionais (SOARES, S., 2000), a aquisição de um certificado de conclusão do Ensino Fundamental isenta-o de constrangimentos sociais que lhe causem o estigma de sujeito menor, marca presente nas interlocuções entre aqueles considerados letrados e aqueles considerados não-letrados (RATTO, 1995; SANTOS, G., 2003; ALMEIDA, 2003). Assim sendo, o retorno e permeância integrada na sala de aula, a obtenção desse certificado, além de evitar-lhe a exposição a certos estigmas e preconceitos, colabora para a reafirmação da sua imagem social, educacional e, conseqüentemente, para a (re)constituição da sua identidade cultural, garantido assim seu espaço no tão concorrido e disputado mercado de trabalho.

CAPITULO IV

5. A EVASÃO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

A evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) deve-se essencialmente ao fato de que o sistema de ensino brasileiro ao longo de seu processo histórico tem sofrido um contínuo e atribulado processo de transição, procurando novas vertentes pedagógicas sempre tentando erradicar o analfabetismo no país, com programas que sirvam de estímulo aos jovens e adultos a buscarem o saber formal, contudo os resultados não têm sido satisfatórios pelos órgãos e entidades competentes. A evasão escolar ao longo da implantação dos programas tem apresentado resultados negativos, tornando-se desafiador para o educador, sustentar o acesso e permanência do aluno adulto na escola. Dentro deste conjunto sócio-cultural há diversos fatores que interferem diretamente em sua permanência na escola, como é o caso da sobrecarga de meio de sobrevivência extensivo, professores sem uma qualificação e remuneração inadequada ao programa para jovens e adultos, assim sendo, contribuindo mais para a exclusão social do que para a formação educacional.

Na década de 30, finalmente começa a se consolidar um sistema público de educação básica e elementar no país. O aumento do ensino elementar foi estimulado pelo governo federal, que delineava diretrizes educacionais para todo o Brasil. Tal movimento incluiu também esforços articulados nacionalmente de extensão do ensino elementar aos adultos, se consolidando principalmente em meados da década de 40.

Nesse momento, a educação de adultos define sua identidade tomando a forma de uma campanha nacional de massa, a Campanha de Educação de Adultos, lançada em 1947, que, até 1950, elevará o número de matrículas de indivíduos adultos no Brasil de 94.291 para 720.000 alunos.

A professora Vanilda Pereira Paiva, encarregada de formar os educadores da Campanha, usava as seguintes palavras para descrever o adulto analfabeto:

“O analfabeto, onde se encontre, será um problema de definição social quanto aos valores: aquilo que vale para ele é sem mais valia para os outros e se torna pueril para os que dominam o mundo das letras”⁶.

No término da década de 50, as críticas à Campanha de Educação de Adultos apontavam tanto às suas falhas financeiras e administrativas quanto à sua coordenação pedagógica. Toda essa crítica encaminhava-se para uma nova visão e proposta sobre o problema do analfabetismo e para a consolidação de um novo paradigma pedagógico para a educação de adultos, cujo principal nome foi o educador pernambucano Paulo Freire.

Em janeiro de 1964, foi aprovado o Plano Nacional de Alfabetização, que previa a disseminação por todo o Brasil de programas de alfabetização orientados pela proposta de Paulo Freire. A preparação do plano, com forte engajamento de estudantes, sindicatos e diversos grupos estimulados pela efervescência política da época, seria interrompida alguns meses depois pelo golpe militar.⁷

Com o regime militar imposto em 1964, os programas de alfabetização e educação popular que se multiplicaram no período entre 1961 e 1964 foram vistos como uma grave ameaça à ordem e seus realizadores foram duramente reprimidos. Como foi o caso de Paulo Freire, no qual teve seus ideais reprimidos pelos militares. O governo somente consentiu a realização de programas de alfabetização de adultos assistencialistas e conservadores, até que, em 1967 ele mesmo assumiu o controle da atividade lançando o Mobral – Movimento Brasileiro de Alfabetização.

Nesse período a Lei de Diretrizes e Bases 5.692/71⁸, que pela primeira vez, destacou legalmente a educação de adultos, sendo discutida com prioridade. Um capítulo da referida lei garantia a oferta de Educação de Jovens e Adultos (EJA), através dos Centros de Estudos Supletivos (CES), dos Cursos de Suplência, do Ensino Regular noturno, colaborando para que pudesse reivindicar uma real política pública de educação de jovens e adultos para esse momento.

A Constituição de 1988, em meio dessas pressões, veio a garantir a educação para todos, até mesmo àqueles que não tiveram acesso a educação, independente de sua

⁶ PAIVA Vanilda Pereira. Educação popular e educação de adultos. 2ª ed., Rio de Janeiro, Loyola, 1983.

⁷ Dois bons estudos sobre a história da Educação de Adultos no Brasil, das origens à criação do Mobral em 1970, são os livros de Celso de Rui Beisegel, **Estado e educação popular**, e o de Vanilda Pereira Paiva, **Educação popular e educação de adultos**.

⁸ **Art. 2º** - A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola.

faixa etária, sendo reforçado na LDB 9.394/96⁹ esse direito, revelando uma conquista legal no campo das políticas públicas. Ainda que não definisse estratégias e garantias de recursos para sua execução, veio a contribuir para concretizar as poucas iniciativas existentes nessa modalidade da educação.

Já no final do século XX intensificou-se ativamente a preocupação com a melhoria da educação de adultos, não somente em termos de atendimento à demanda escolar, mas, especialmente, com a integração e permanência dos alunos nas escolas, tal como sobre as condições necessárias para assegurar aos alunos aprendizagens imprescindíveis para o desenvolvimento total de suas capacidades e admissão no mercado de trabalho.

Nesse ponto de vista, determina-se que a profissão do docente/educador não fique limitada ao mero domínio dos conteúdos das disciplinas e das técnicas para transmiti-la, mas que seja um conhecimento em construção constante fundamentado na reflexão-ação e, principalmente, que tenha cunho político, ético e moral, combatendo a evasão escolar e contribuindo para a efetiva formação permanente do aluno-cidadão dentro de uma sociedade em constante transformação e desenvolvimento.

A profissão do docente, ainda nesse contexto, não está mais arraigada apenas ao ensino e estudo do conteúdo superficial e à técnica de transmissão do mesmo. É uma aprendizagem que deve acontecer dentro de uma problemática, ou seja, de circunstâncias concretas que se dão no contexto escolar, como no familiar e profissional. Determina ainda que, além dos conhecimentos, sejam trabalhadas atitudes para o acréscimo e desenvolvimento de uma prática educacional reflexiva e competente.

Considerando a trajetória da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em sua totalidade, averigua-se que ocorreram alguns avanços, porém os problemas básicos continuam devido à falta de uma política educacional específica que constantemente sofre rupturas e descontinuidades, como também as concepções da educação de jovens e adultos que sempre foram dirigidas por interesses políticos, econômicos e ideológicos, que seguem as metodologias transplantadas das experiências com a alfabetização de crianças e ainda porque os profissionais dessa modalidade de ensino comumente não têm propostas pedagógicas concretas voltadas especificamente para a realidade do educando em questão.

⁹ **Art. 37°.** A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. **Art. 38°.** Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.



A atuação pedagógica na modalidade de educação de jovens e adultos atualmente adquire e desenvolve novas significações e concepções de ensino e aprendizagem, exigindo fundamentalmente uma revisão das propostas e programas concebidos pelas diferentes instituições, sejam governamentais ou não governamentais.

No decorrer do século XXI, faz-se imperativo desmistificar esses conceitos frente ao trabalho com a educação de jovens e adultos e assumir uma postura ético-profissional que venha respaldar os discursos, para que se possa edificar uma identidade para essa modalidade da educação básica em nosso país.

É imprescindível compreender, que os resultados referentes à quantidade de analfabetos existente no Brasil hoje, é reflexo de um processo histórico de produção e manutenção do fracasso da educação infantil e das diversas campanhas de alfabetização de adultos desenvolvidas, constituindo-se numa imensa dívida social e educacional, consequência das diversas intervenções e rupturas ocorridas no movimento da educação. Ressalta-se que a história de um povo é construída como uma história de possibilidades e todos são portadores de direitos e sujeitos históricos.

O escritor Álvaro Vieira ressalta que:

“Educar para o desenvolvimento é despertar no educando novo modo de pensar e de sentir a existência, em face das condições nacionais com que se defronta; é dar-lhe a consciência de sua constante relação a um país que precisa do seu trabalho pessoal para modificar o estado de atraso; é fazê-lo receber tudo quanto lhe é ensinado por um novo ângulo de percepção, o de que todo o seu saber deve contribuir para o empenho coletivo de transformação da realidade.”¹⁰

Nesse aspecto, busca-se uma verdadeira política pública de educação de jovens e adultos, que possibilite a formação de cidadãos ativos e críticos, na qual educador e educando possam pensar juntos sobre que tipo de conhecimento está se construindo e quais orientações devem ser praticadas no decorrer do processo de combate a evasão escolar.

É indispensável que o mediador entre o conhecimento e o educando adulto tenha uma formação adequada de acordo com as especificidades da alfabetização de adulto bem como, dos conhecimentos frente às diferentes concepções, raízes culturais e visões de mundo integrantes do trabalho com o jovem e adulto, tendo em consideração os processos

¹⁰ Álvaro Vieira PINTO. Consciência e realidade nacional – consciência ingênua. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1960. p. 121.

de construção de conhecimento por parte do educando adulto e assim sendo constituindo-se em um profissional especializado.

Outro tema específico, e não menos importante é a questão dos programas desenvolvidos pelas diferentes esferas governamentais, como por exemplo, o MEC PEJA (Programa Educação de Jovens e Adultos) ¹¹. O programa é desenvolvido pelo Ministério da Educação, em conjunto com os governos estaduais e municipais, por meio da transferência, em caráter suplementar, de recursos administrados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC) são responsáveis pela formulação das políticas para a melhoria da qualidade da educação de jovens e adultos.

Independente da criação de programas voltados para a educação de jovens e adultos é imprescindível permitir e possibilitar condições de execução desses com concepções, recursos, e estratégias definidas visando a sua continuidade e possíveis extensões dos mesmos, com ações e métodos que respaldem não exclusivamente a escolarização, mas que possibilite o acesso e condições de permanência para a conclusão da educação básica, fazendo com que a sociedade civil, através de seus diferentes segmentos, associações, igrejas, ONGs, entidades empresariais, etc., não se vejam obrigados a assumir uma função ao qual muitas vezes, não estão aparelhados e muito menos preparados.

O professor, pesquisador e escritor Pablo Gentili, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), afirma que:

“É obrigação do Estado assegurar aos jovens e adultos trabalhadores o direito à educação pública, gratuita e de qualidade social, garantindo que ela se dê, prioritariamente, com o aproveitamento da estrutura pública de ensino, capacitada nos planos teórico - metodológico, profissional e material para o atendimento pedagógico adequado as especificidades dessa modalidade de ensino.” ¹²

Desta forma se torna imprescindível a existência de recursos e garantia de sua execução com qualidade, existindo sujeitos qualificados para que de fato possam ser

¹¹ PROGRAMA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA BÁRBARA D'OESTE, 17 de Junho de 2007.

¹² GENTILI, P. et all. *Reinventar a escola pública: política educacional para um novo Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2003.

chamados de educadores. Isso exige, uma formação inicial e continuada do educador, propondo refletir sobre o perfil de nosso educando, suas condições reais e concretas de existência para possibilitar o desenvolvimento de ações pedagógicas consistentes, utilizando materiais didáticos respaldados nas especificidades do educando, com currículos, metodologias e uma formação de professores adequada a essa modalidade de ensino da educação básica, promovendo assim a permanência do aluno na instituição escolar, e conseqüentemente diminuindo a evasão escolar.

Por tanto de acordo com os fatos e momentos históricos mencionados, podemos levantar algumas hipóteses sobre as causas da evasão escolar na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), tais como, o próprio processo e contexto histórico da EJA no Brasil; a falta de preparo, incentivo e qualificação do educador de adultos; a falta de programas educacionais e políticas públicas voltadas especificamente para a educação de jovens e adultos; a precariedade de recursos por parte das três esferas, municipais, estaduais e federais. Sendo assim, reverter essa visão é urgente, à medida que se deseja ter homens e mulheres conscientes, criativos e transformadores em nosso processo histórico, tornando-se de fato, sujeito ativo, produto e produtor de história.

Na pesquisa fundamentada reafirma-se ser imprescindível que o jovem e adulto, tenha direito a uma formação e permanência escolar adequada de acordo com as especificidades dessa modalidade de ensino, incorporando os conhecimentos frente às diferentes concepções e visões de mundo integrante do trabalho, contribuindo assim para sociedade e para educação, constituindo um profissional especializado, levando-se em consideração os processos de construção de conhecimento por parte do educando jovem/adulto.

5.1. A questão da evasão escolar na escola municipal Professora Albertina Furtado Castelo Branco – CAIC, e na Unidade Escolar Polivalente Lima Rebelo, nas turmas de 3º e 4º ciclo

O cenário educativo no Brasil é ainda bastante insatisfatório. Devido ao fato de alguns indicadores quantitativos e qualitativos indicarem uma longa etapa a percorrer em busca da qualidade de ensino, pois comparando com outros países em processo de desenvolvimento educacionais, o Brasil se encontra em desvantagens na área de educação, revelando desigualdades regionais em relação ao baixo rendimento escolar.

É de conhecimento da população letrada em nosso país que o problema da evasão, da repetência escolar e até mesmo no nosso município, tem sido um dos maiores

desafios encarados pelas redes do ensino público, pois as causas e conseqüências estão ligadas a muitos fatores como social, cultural, político e econômico, como também a escola onde professores lecionam têm colaborado efetivamente para o problema se agravar, perante prática e métodos didáticos ultrapassados.

Podemos iniciar a avaliação da escola na perspectiva dos alunos, frutos desta pesquisa, nos quais foram os da EJA que de maneira geral são constituídos de baixa renda, desempregados, domésticas, vendedores ambulantes, autônomos e outros sem profissão definida, alguns até precisam se deslocar do município para outro, buscando uma forma de sobreviver, enquanto outros são jovens de lares desajustados, viciados em tóxicos, dependentes do álcool e também algumas jovens apresentam gravidez precoce, sendo que no geral o nível de desinteresse é bastante elevado.

Em uma observação inicial sobre a procura de matriculas se constata números excelentes, porém quando parte do 3º para o 4º bimestre, se evadem, sem nenhuma justificativa aparente. Ambas as direções escolares e professores atribuem o seu afastamento devido à necessidade de trabalho, como também passamos a averiguar o comportamento irregular de alguns alunos, tendo dificuldades de se relacionarem entre si e com os próprios professores. Através deste contato com as escolas, passamos a compreender outros fatores que estão causando a evasão escolar, como a dificuldade dos alunos no processo do ler, escrever e fazer operações matemáticas em relação ao nível estudado do 3º e 4º ciclos, apresentando muitas dificuldades na caligrafia e ortografia, não dominam a leitura, lêem soletrando e de forma bastante pausada, as vezes até perdendo o sentido original do texto, demonstrando pouca habilidade no processo de interpretação de textos, na matemática sentem dificuldades em diferenciar e aplicar os sinais das quatro operações básicas e diante desta situação crítica este aluno passa a se isolar das aulas que envolvem questionamentos e posições críticas, sentem-se incapazes de acompanhar os conteúdos ministrados. Agravando e conseqüentemente contribuindo para o quadro da evasão escolar, o professor não tem dado acompanhamento individual ao aluno de acordo com as dificuldades, não observam que estes alunos merecem um tratamento específico, pois cada um demonstra uma deficiência diferenciada no processo de ensino e aprendizagem.

Analisar a história de vida escolar dos jovens e adultos é um trabalho desafiador, porém instigante, no qual pelo meio destas atuações mediadoras, será capaz de conquistar o interesse do aluno e garantir assim sua permanência na escola, pois lhe dará confiança, motivação e novas perspectivas de vida, no sentido de estudar, pois ele se

sentirá como um sujeito participante do contexto social, evitando a evasão escolar. Cada problema que esses alunos se defrontam diariamente com as práticas dos professores, pois cada um educando possui um ritmo de capacidade e aprendizagem diferenciado, na qual eles são vítimas da metodologia de aprendizagem dos ciclos anteriores. As leituras determinadas pelo programa da EJA são essenciais, e mesmo assim o professor não faz o bom uso da didática grupal nas leituras, que são as divisões dos parágrafos ou leituras partilhadas. Esta falta de desenvolvimento de conceitos atribuímos à falta da leitura diversificada, tornando-se reflexo do processo mecânico não permitindo os mesmos a utilização do uso da linguagem prática e espontânea, sendo fruto do método de ensino tradicional, ainda visto em muitas redes de ensino atualmente, onde o professor é ainda o dono e único detentor do conhecimento e saber. Conseqüentemente tornando esses alunos meros objetos acumuladores de conhecimentos, transformando-os em seres passivos, reprimidos e sem opinião própria.

No entanto, grande parte de nossa clientela estudantil, vem de áreas de acesso restrito à escolaridade, sendo de baixa renda e estiveram por muito tempo ausentes da escola, assim sendo, sujeitos que apresentam dialetos variados que são peculiaridades regionais da miscigenação do Brasil. Neste ponto de vista demonstram pouco interesse em participar das aulas, e apresentam modo de falar e escrever diferentes, fruto da expressão do sistema antiquado de alguns professores ao longo da sua escolaridade.

A ausência de preparo do professor vem ganhando e motivando conflitos ao longo de seu progresso histórico, o fato também de usar e abusar da força da linguagem para ensinar, contribuindo assim para a exclusão, gerando evasão escolar. Portanto, é importante saber que o professor esteja consciente dessa visão autoritária e ultrapassada que tanto colaboram para o quadro da evasão escolar, que não são só os problemas sociais e econômicos que influenciam a exclusão e a repetência na escola, e que devem trabalhar principalmente os jovens e adultos os seus valores lingüísticos e adequando aos poucos a linguagem culta exigida pela gramática normativa, sabendo harmonizar os dois saberes, tanto a linguagem coloquial quando a linguagem culta, no contexto expresso na sala de aula.

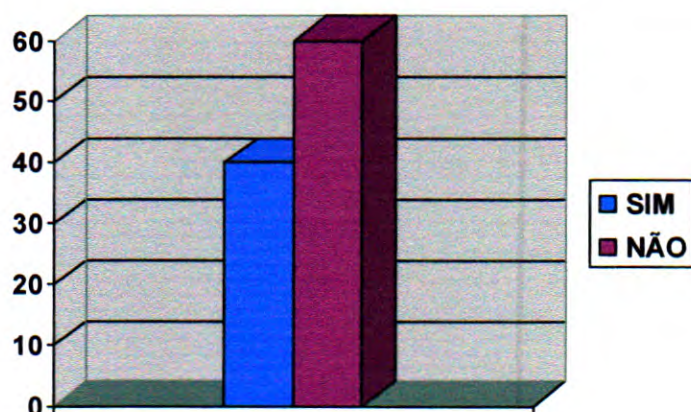
Em virtude dos fatos registrados e constatados em termos da evasão escolar das Escolas “Professora Albertina Furtado Castelo Branco - CAIC” e “Unidade Escolar Polivalente Lima Rebelo”, os resultados explanados apresentam muitas lacunas que contribuem para evasão escolar. Abaixo está registrado em forma de gráfico, questionários fechados direcionados aos alunos e professores dessas respectivas instituições escolares

que complementam e servem de reforço para os argumentos citados anteriormente neste tópico.

QUESTIONÁRIO DIRECIONADO AOS ALUNOS

GRÁFICO 1

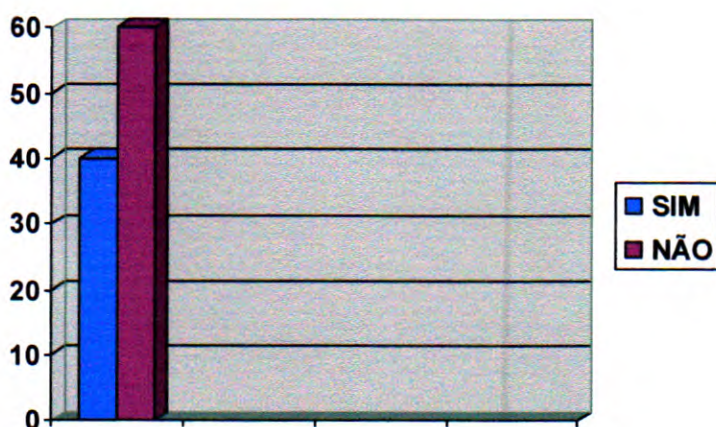
Você recebe alguma ajuda da família ou amigos com relação aos deveres escolares?



Dos alunos entrevistados 60% afirmaram não receber ajuda da família ou amigos na realização das atividades escolares e só 40% recebem ajuda.

GRÁFICO 2

Você sofreu algum tipo de perseguição, preconceito por sua raça, cor, religião, ou por ser de baixa renda?



Dos alunos entrevistados 60% afirmaram que não sofreram nenhum tipo de preconceito e 40% afirmaram ter sofrido preconceitos.

GRÁFICO 3

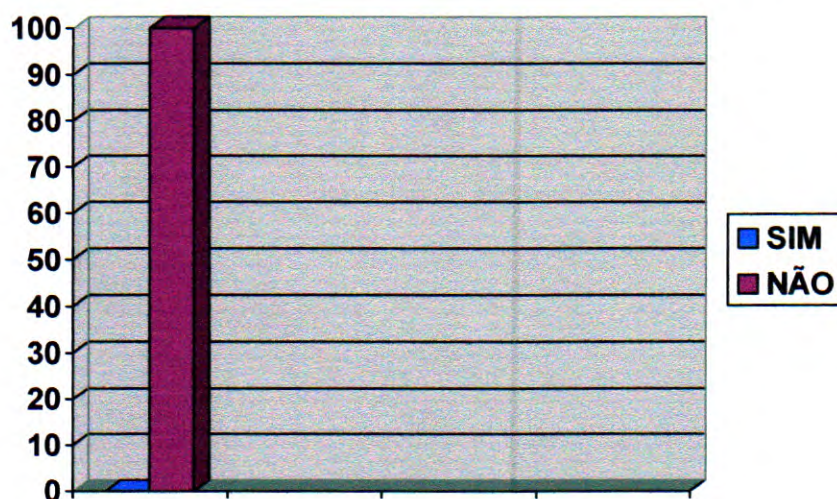
Você possui dificuldade no deslocamento de casa para sua escola?



Dos alunos entrevistados 80% afirmaram não possuir dificuldade no deslocamento de casa para escola e 20% afirmaram ter alguma dificuldade.

GRÁFICO 4

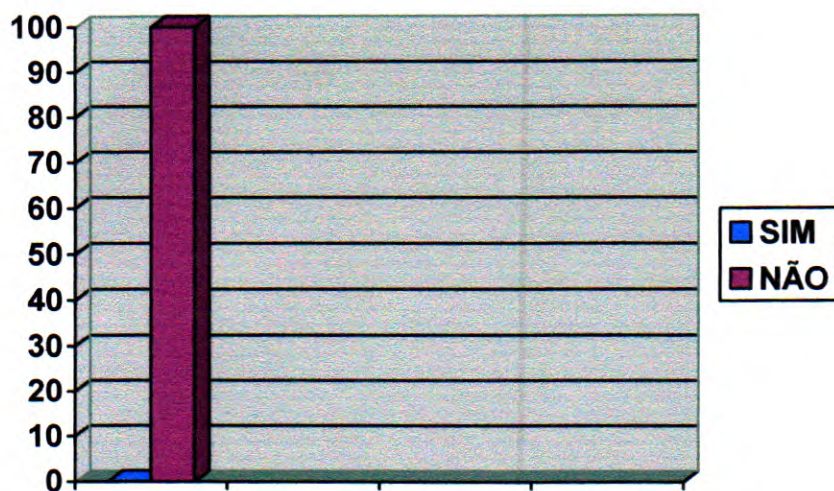
Brigas com colegas na escola levaram você a não freqüentar mais as aulas?



Dos entrevistados todos afirmaram que brigas com colegas na escola não os levaram a deixar de freqüentar as aulas.

GRÁFICO 5

A falta de merenda na escola levou você a desistir da escola?



Dos entrevistados todos afirmaram que a falta de merenda escolar não os levaram a desistir da escola.

QUESTIONÁRIO DIRECIONADO AOS PROFESSORES

GRÁFICO 1

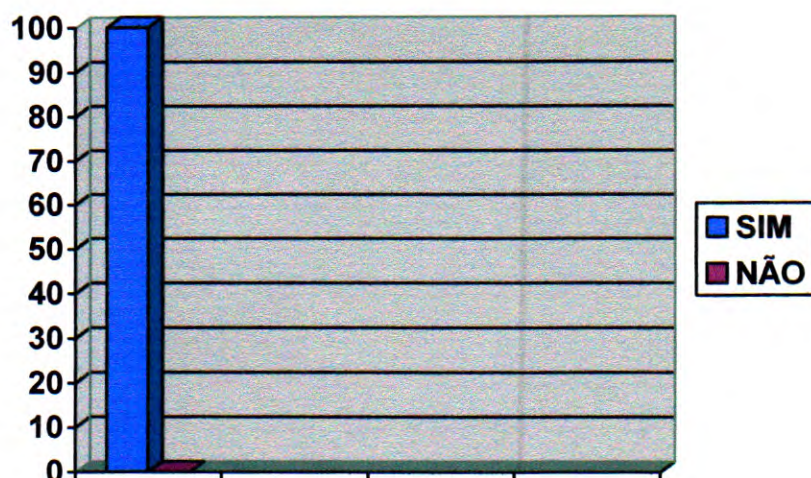
A falta de interesse do aluno leva a evasão?



Dos professores entrevistados todos afirmaram que a falta de interesse do aluno leva a evasão.

GRÁFICO 2

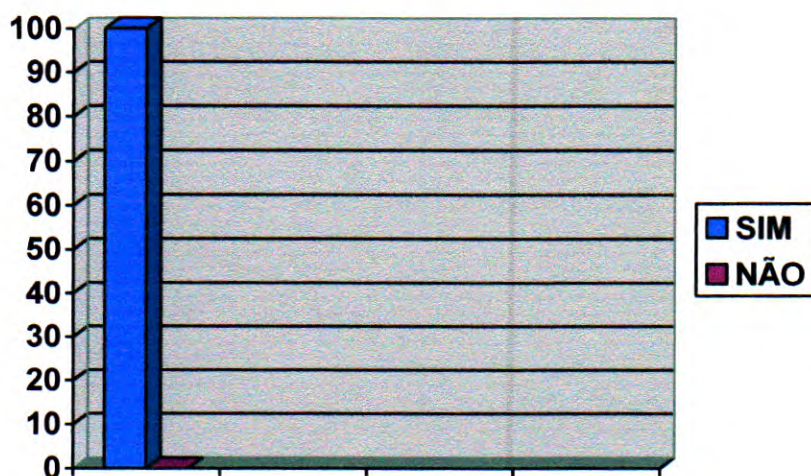
Os conflitos e brigas familiares dos alunos acabam levando o aluno a desistir da escola?



Dos professores entrevistados todos afirmaram que conflitos e brigas familiares dos alunos acabam levando o aluno a desistir da escola.

GRÁFICO 3

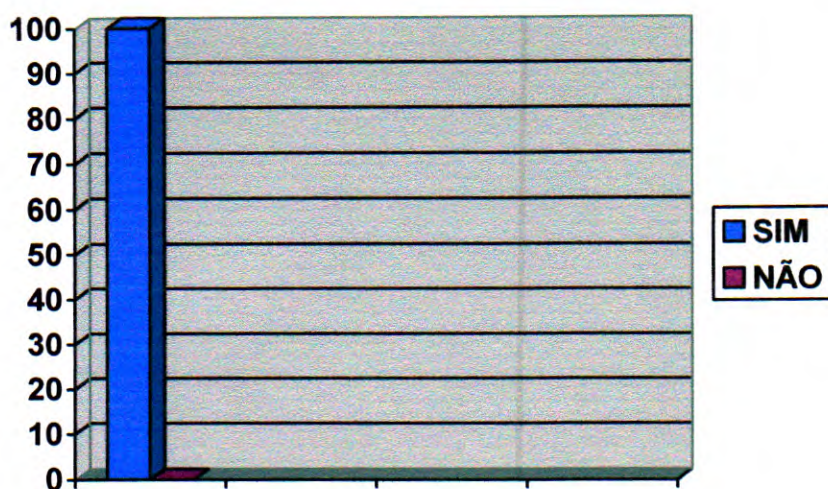
O ambiente escolar inadequado para funcionamento da escola leva o aluno à evasão?



Dos professores entrevistados todos afirmaram que o ambiente escolar inadequado para funcionamento da escola leva o aluno à evasão.

GRÁFICO 4

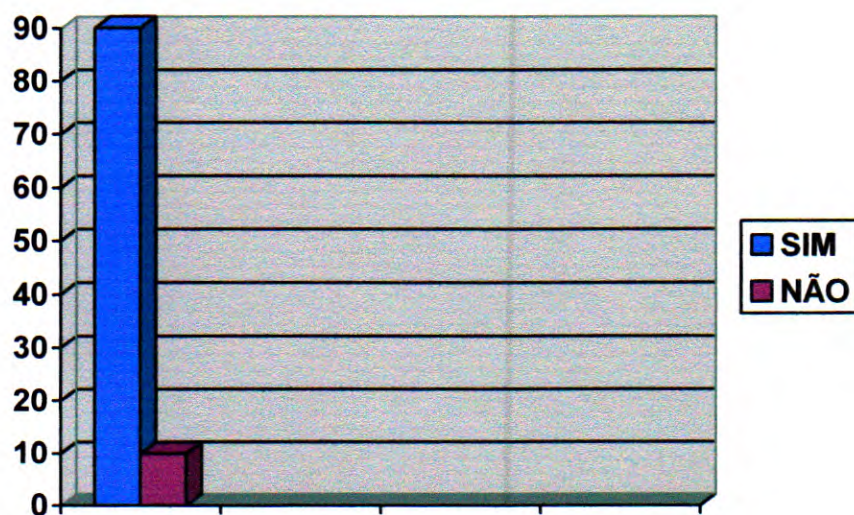
A ausência de recursos didáticos tem colaborado com a evasão escolar?



Dos professores entrevistados todos afirmaram que a ausência de recursos didáticos tem colaborado com a evasão escolar.

GRÁFICO 5

A baixa renda familiar é uma causa da evasão escolar?



Dos professores entrevistados 90% afirmaram que a baixa renda familiar é uma causa da evasão escolar e 10% afirmaram não ser essa uma das causas de evasão.

Esta pesquisa teve como objetivo mostrar de forma sucinta o problema da evasão escolar nas Escolas “Professora Albertina Furtado Castelo Branco - CAIC” e “Unidade Escolar Polivalente Lima Rebelo”. Sobre a metodologia, quando a pesquisa seria qualitativa e quantitativa, os sujeitos e a amostra dessa pesquisa foram os alunos e professores do 3º e 4º ciclo da educação fundamental noturna, sendo que os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram as observações em sala de aula e os questionários fechados voltados para alunos e professores. Estas amostras nos servem de análise comparativa e complementar, possibilitando-se afirmar que quando a escola desempenha um trabalho dinâmico e inovador é capaz de resolver ou pelo menos diminuir os índices de evasão escolar e que modificações de posturas, conteúdos, didáticas e metodológicas são significativas diante dessas circunstâncias. Assim sendo, estes cenários revertidos em relação à evasão escolar atribuem-se às mudanças de professores que conhecem e sabem os objetivos do programa para jovens e adultos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os dados pesquisados foi possível rever a trajetória histórica da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e todo o seu processo evolutivo ao longo dos anos. Foram explorados os aspectos relacionados à formação docente e as novas metodologias de ensino, as quais proporcionaram uma corrida desenfreada para o conhecimento, o que requer uma melhor qualificação escolar, propiciando assim um aprimoramento e dedicação dos maiores interessados, o que afeta a população de um modo geral, foi abordado o perfil e aspectos do educando jovem e adulto, dentro do contexto sobre a importância da escola e suas diferentes raízes culturais e também propôs relatar a sobre a modalidade de ensino da EJA. Sua sustentação teórica e seus objetivos visando à contribuição social e educacional e às causas da evasão escolar, no papel de reintegrar aqueles que não tiveram acesso ou oportunidade ao ciclo de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

Assimilando o objetivo geral desta monografia, no qual é averiguar as causas da evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA), apesar do crescente índice de matrículas nessa modalidade, objetivando especificamente as condições sócio-culturais, as metodologias de ensino e sua relação com a evasão escolar. Discorrendo também sobre seu processo histórico e o método desenvolvido por Paulo Freire, a formação dos professores e o perfil do educando na modalidade de jovens e adultos.

A presente pesquisa nos coloca frente a frente com o modelo de educador ideal para a prática da Educação de Jovens e Adultos, perfazendo todo o entremear de conduta a ser seguida pelo educador, tais como a percepção do conhecimento prévio do educando, valorizando-o como ser pensante e capaz de produzir idéias e debatê-las. Ficou bem claro que o papel do professor é ser o mediador, a pessoa capaz de interagir e valorizar cada ser pensante em sala de aula. Revelou-se que o educador que trabalha com turmas de EJA tem que ter um preparo bem especificado, isto porque vai melhorar o desempenho dos alunos, pois estes têm um educador totalmente especializado e dedicado a eles. Um educador capaz de mostrar a estes alunos que não existe idade para se começar a estudar, que os mostre o quanto é importante aprender, obter conhecimento.

Nesta monografia foi constatada a confirmação das hipóteses pré-analisadas, ao longo deste intenso estudo sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) sobre o desconhecimento do professor sobre a realidade do discente; reprovações freqüentes colaboram para os desestímulos dos educandos; metodologias de ensino infantilizadas e

inadequadas provocam desinteresse por parte dos alunos e que as condições socioeconômicas são fatores determinantes para a permanência na escola e, conseqüentemente para o processo de evasão escolar. Deixamos evidente que cada vez mais a evasão escolar tem sido um dos maiores problemas existentes no ensino público e no caso específico na alfabetização de jovens e adultos. Em presença das análises feitas através de pesquisas e do diálogo, alcançando dados exatos e autênticos deste cenário, averiguando os aspectos que mais colaboram para a exclusão escolar, onde hoje vivemos em uma sociedade na qual exige de cada cidadão o domínio de conhecimentos formais, ao enfrentarmos essas experiências foi possível refletirmos sobre as conjecturas analisadas durante o Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia. Ressaltando que a qualidade da educação, muitas ocasiões não condiz com as expectativas de qualificação almejadas para um desempenho satisfatório de determinadas funções e que as teorias estão distantes da prática empregada por alguns profissionais, que não adotam o dever e responsabilidade de empregar aprendizagem, conhecimento e transformar a realidade social a sua volta.

A consciência de que cada um deve exercer bem o seu papel é a base sólida capaz de manter os fatos em ordem e em total progresso. Os educadores devem sempre aprimorar seus métodos de ensino, ampliá-los e buscar também modelos mais modernos e que sejam eficazes. O governo deve continuar com políticas públicas favorecendo a educação de um modo geral e dando atenção específica à Educação de Jovens e Adultos. E as instituições escolares precisam conscientizar os demais do valor da EJA, para que não haja discriminação e sim incentivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Lúcia Silva. **Sujeitos não-alfabetizados: sujeitos de direitos, necessidades e desejos.** In: SOARES, Leôncio (Org.). **Aprendendo com a diferença: estudos e pesquisas em educação de jovens e adultos.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

ARROYO, Miguel. A Educação de Jovens e Adultos em tempos de exclusão. **Alfabetização e Cidadania.** São Paulo: Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil (RAAAB), n.11, abril 2001.

BRITO, Itamar Sousa. **História da Educação no Piauí.** 1a ed. Teresina: EDUFPI, 1996.

_____. **Perspectiva histórica do Conselho Estadual de Educação.** 1a ed., Teresina, Secretaria de Educação, 1986.

BRITTO, Luiz Percival Leme. **Sociedade de cultura escrita, alfabetismo e participação.** In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). **Letramento no Brasil: reflexões a partir do INAF 2001.** São Paulo: Global, 2003.

DI ROCCO, Gaetana Maria Jovino. **Educação de Adultos: uma contribuição para seu estudo no Brasil.** São Paulo: Edições Loyola, 1979.

FÁVERO, O. RUMMERT, S. M.^a; DE VARGAS, S. M.^a. **Formação de profissionais para a educação de jovens e adultos trabalhadores: a proposta da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense.** 22^a. Reunião Anual da Anped. Caxambu (MG), 1999.

FLAVELL, J. H. Miller, H. P. & Miller, S. A. (1999). **Desenvolvimento cognitivo** (Trad. Claudia Dornelles). Porto Alegre. Artmed.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.** 32^a ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire;** Tradução de Kátia de Mello e Silva. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da Autonomia.** 14 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GENTILI, Pablo. **Reinventar a escola pública: política educacional para um novo Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2003.

HADDAD, Sérgio. **Tendências Atuais na Educação de Jovens e Adultos.** Em Aberto II (56). Brasília: MEC/INEP, out./dez. 1992.

INFANTE, Isabel. **Educação e capacitação permanente**. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). **Letramento no Brasil: reflexões a partir do INAF 2001**. Op. cit. 2003.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 8 de abril. 2009.

LDB 9.394/96. Brasília: Congresso Nacional, 20 de dezembro de 1996.

LURIA, A. R. **Desenvolvimento cognitivo: seus fundamentos culturais e sociais**. São Paulo: Ícone, 1990.

MEC. Secretaria Geral. **Fundação Nacional para a Educação de Jovens e Adultos – EDUCAR**. Estudo histórico da Educação básica de jovens e adultos: período 1960 – 1988. Brasília, 1989.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes e Currículos para a educação de jovens e adultos. Parecer**, Brasília, 2000.

Ministério da Educação. <http://portal.mec.gov.br/index.php>. Acesso em: 8 de abril. 2009.

MALGLAIVE, Gerard. **Ensinar Adultos**. Lisboa: Coleção Ciência da Educação, 1995.

MUCCHIELLI, Roger. **A formação de adultos**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

OLIVEIRA, M. K. **Inteligência e vida cotidiana: competências cognitivas de adultos de baixa renda**. Cadernos de Pesquisa, 44, 45-54, fev.1983.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**. 2ª ed., Rio de Janeiro, Loyola, 1983.

PROGRAMA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA BÁRBARA D'OESTE, 17 de Junho de 2007.

RATTO, Ivani. **Ação política: fator de constituição do letramento do analfabeto adulto**. In: KLEIMAN, Angela B. (Org.). **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Op. cit. 1995.

RIBEIRO, V. M. **A formação de educadores e a constituição da educação de jovens e adultos como campo pedagógico**. Educação e Sociedade. Ano 20 (68), dez., 1999.

SANTOS, Martha Maria Ramos Rocha dos. **Escolaridade e trabalho industrial: até onde as mulheres podem chegar?** In: PASSOS, Elizete; ALVES, Ívia; MACÊDO, Márcia (Orgs.). **Metamorfoses: gênero nas perspectivas interdisciplinares**. Salvador: UFBA, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 1998.

SEDUC. SEC – EJA. **Programa de Educação de jovens e adultos de Mato Grosso**, 2001

SESI. Andragogia: **Facilitando a aprendizagem**. Brasília: SESI, 1999.v.3.

SOARES, Leôncio. Apresentação. In: _____ (Org.). **Aprendendo com a diferença: estudos e pesquisas em educação de jovens e adultos**. Op. cit. 2003a.

VIEIRA, Maria Clarisse. **Fundamentos históricos, políticos e sociais da educação de jovens e adultos – Volume I: aspectos históricos da educação de jovens e adultos no Brasil**. Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

VÓVIO, Cláudia Lemos. MOURA, Mayra Patrícia. RIBEIRO, Vera Masagão. **FUNDAMENTOS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: Módulo Integrado I**. Brasília: SESI-DN, 2000.

APÊNDICES

QUESTIONÁRIO

ALUNOS

01 – Você recebe alguma ajuda da família ou amigos com relação aos deveres escolares?

Sim Não

02 – Você sofreu algum tipo de perseguição, preconceito por sua raça, cor, religião, ou por ser de baixa renda?

Sim Não

03 – Você possui dificuldade no deslocamento de casa para sua escola?

Sim Não

04 – Brigas com colegas na escola levou você a não frequentar mais as aulas?

Sim Não

05 – A falta de merenda na escola levou você a desistir da escola?

Sim Não

PROFESSORES

06 – A falta de interesse do aluno leva a evasão?

Sim Não

07 – Os conflitos e brigas familiares dos alunos acabam levando o aluno a desistir da escola?

Sim Não

08 – O ambiente escolar inadequado para funcionamento da escola leva o aluno à evasão?

Sim Não

09 – A ausência de recursos didáticos tem colaborado com a evasão escolar?

Sim Não

10 – O baixa renda familiar é uma causa da evasão escolar?

Sim Não